



CONSTRUINDO ESTADO DO CONHECIMENTO COM ENFOQUE NA GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL: ANÁLISE DO *CORPUS* TEÓRICO DE DISSERTAÇÕES DA FUNDAÇÃO CAIRU DO PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E RESPONSABILIDADE SOCIAL (2007-2009)

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro¹
Agência financiadora: CAPES

Resumo: A temática responsabilidade social é vista na atualidade como de total relevância para a compreensão das instituições públicas e privadas, pois suscita os direitos humanos, preservação do meio ambiente, vinculada às desigualdades sociais e a inclusão como meio de transformação desse contexto social. Este artigo propôs analisar o *corpus* teórico de dissertações da Fundação Visconde Cairu do programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, que tratam, especificamente da responsabilidade social, tanto nas organizações quanto nas Instituições de Ensino Superior. A metodologia utilizada foi: leitura flutuante da fundamentação teórica de cada uma das dissertações selecionadas, tratando especificamente da responsabilidade social, seguida de análise textual. Foram analisadas 04 (quatro) dissertações entre os anos de 2007 e 2009. A partir do levantamento de categorias e subcategorias, foi possível compreender melhor a discussão em torno do tema responsabilidade social, tanto aplicado às empresas quanto aplicado à universidade. É um tema emergente, que demanda ainda muita discussão e entendimento de aplicabilidade em termos práticos.

Palavras-chave: responsabilidade social; corporação; universidade; gestão.

INTRODUÇÃO

A Fundação Visconde de Cairu foi criada em 12 de março de 1905, por integrantes de Instituições ligadas ao Comércio da cidade do Salvador-BA, com o objetivo de formação/preparação de mão-de-obra para o comércio e de consules desta cidade.

O Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social tem como objetivo primeiro, auxiliar as organizações, no sentido de criar um novo clima, onde o ser humano seja centro e, conseqüentemente, o seu diferencial; o que não seria possível através de uma formação focada no tradicional modelo dicotômico entre as áreas do saber. A proposta do referido curso avança no sentido de criar novas metodologias e teorias no campo do desenvolvimento humano e da responsabilidade social, diferentemente do que até então vinha

¹ Doutoranda do PPG/Edu/PUCRS; Professora da Universidade Estadual do Piauí/UESPI

sendo feito, focado apenas no treinamento e na competência técnica profissional (www.fundacaocairu.br).

Este artigo propôs analisar o *corpus* teórico de dissertações da Fundação Visconde Cairu do programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano de Responsabilidade Social, que tratam, especificamente da responsabilidade social, tanto nas organizações quanto nas Instituições de Ensino Superior/IES.

A metodologia utilizada foi: leitura flutuante da fundamentação teórica de cada uma das dissertações selecionadas, tratando especificamente da responsabilidade social, seguida de análise textual. Foram analisadas 04 (quatro) dissertações entre os anos de 2007 e 2009.

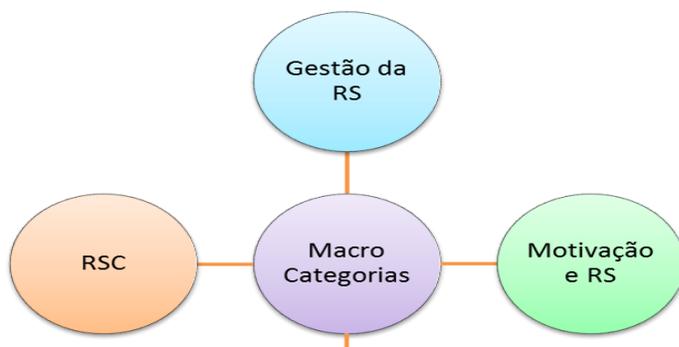
Os critérios de seleção de tais produções foram: estarem publicadas no site da Fundação Cairu; tratar exclusivamente do tema “responsabilidade social” e estar publicada como dissertação do programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social. Seguindo estes critérios, as dissertações selecionadas totalizaram 04 (quatro) produções, defendidas entre os anos 2007 e 2009, sendo: 01 (uma) em 2007, 02 (duas) em 2008 e 01 (uma) em 2009.

No primeiro momento foram elencadas quatro categorias, denominadas de macro categorias, as quais remetem ao objetivo geral de cada produção. Em seguida, foi realizado um levantamento de outras categorias, tratando exclusivamente dos temas apresentados no *corpus* teórico das dissertações selecionadas: responsabilidade social; responsabilidade social corporativa e responsabilidade social universitária. Para a construção do texto, a análise foi totalmente consubstanciada na literatura apresentada nas produções.

MACRO CATEGORIAS

As dissertações analisadas se propuseram a versar acerca do tema Responsabilidade Social, ora enfocando a organização ora enfocando a universidade, de forma que o desenvolvimento da fundamentação teórica que embasou as pesquisas, de modo geral, se delinearam pelo histórico, conceito e tendências da responsabilidade social.

Figural 01: Macro Categorias



A dissertação que tratou a gestão da responsabilidade social teve como objetivo geral analisar como está sendo compreendido e conduzido o processo de gestão da Responsabilidade Social em quatro Universidades de Salvador (BA). A pesquisa sobre as motivações que levam as empresas a investirem em responsabilidade social se preocupou em entender porque o setor privado vem se dedicando a empreender ações sociais.

Outro tema versado foi sobre a cultura e a responsabilidade social como norteadores de inclusão, cujo objetivo principal foi analisar de que forma a cultura de uma IES privada pode ser um elemento fomentador de responsabilidade social através de uma real inclusão sociocultural de seus discentes.

Foi também realizado um estudo sobre Responsabilidade Social Corporativa, tendo como objetivo geral identificar o que a Fundação Odebrecht entende por Responsabilidade Social e quais ações são desenvolvidas na prática.

CATEGORIAS E AUTORES RESPECTIVOS

As quatro dissertações analisadas fundamentaram-se em dois campos: a administração, com os conhecimentos relacionados à Responsabilidade Social Corporativa (origem, conceitos e tendências); e a educação, versando sobre a Responsabilidade Social Universitária (conceitos, implicações e demandas atuais).

Figura 02: Responsabilidade Social

Responsabilidade Social

Origem: Zenira Pires Souza ; Francisco Paulo de Melo Neto e César Fróes ; Patrícia A. Ashley

Conceito: Patrícia A. Ashley; Fernando Guilherme Tenório ; Moyses Filho

Desenvolvimento sustentável: Francisco Paulo de Melo Neto e César Fróes

Ética: Francisco Paulo de Melo Neto e César Fróes ; Patrícia A. Ashley; Wilton de Medeiros Daher

Filantropia: Francisco Paulo de Melo Neto e César Fróes Gleuso D. Duarte e José Maria M. Dias; Instituto Ethos

Cultura: Patrícia A. Ashley; Jorge Sampaio

A temática responsabilidade social é vista na atualidade como de total relevância para a compreensão das instituições públicas e privadas, pois suscita os direitos humanos, preservação do meio ambiente, vinculada às desigualdades sociais e a inclusão como meio de transformação desse contexto social.

As primeiras discussões sobre responsabilidade social iniciaram-se em 1899, nos Estados Unidos, com o empresário A. Carnegie, fundador do conglomerado U. S. Steel Corporation. Publicou o livro “Evangelho da riqueza”, contendo princípios da caridade e princípios da custódia; daí ser considerado o marco histórico nessa área.

Segundo Souza (2004), a responsabilidade social iniciou-se com maior ênfase nos Estados Unidos, porque na Europa, os governos davam muito mais atenção às demandas sociais e, por isso mesmo, acabavam por isentar as empresas da responsabilidade de atuarem nessa área. No Brasil, a década representativa nessa linha foi a de 1980, na qual empresas atuaram com projetos de cunho social, dentro do enfoque assistencialista. A década de 1990 também mostrou uma certa consolidação, pelas ações de Organizações Não Governamentais e Institutos de Pesquisa em empresas sensibilizadas com a responsabilidade social.

Na perspectiva de Melo Neto e Fróes (2005) e Ashley (2005), os movimentos sociais originários de entidades não governamentais, denominadas terceiro setor, foram se destacando em razão de o Estado não atender devidamente às demandas da população e não produzir ações

sociais eficientes e eficazes. As corporações, então, passaram a se preocupar com as melhorias e transformações da sociedade e a agir com cidadania empresarial. Um exemplo do Brasil é o Instituto Ethos, uma organização não governamental mantida por empresas, criado em 1998, com a finalidade de mobilizar, sensibilizar e ajudar os empresários a gerirem os negócios com responsabilidade social, formando ainda parcerias para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Embora tenha surgido no século passado, o conceito de responsabilidade social ainda não está consolidado e, vem adquirindo ao longo dos tempos, inúmeras interpretações. Tenório (2003) admite que o conceito de responsabilidade social passou por várias transformações; evoluiu com o filantropismo, passou pelo voluntariado, pela cidadania corporativa, responsabilidade social corporativa e, por último, desenvolvimento sustentável, na contemporaneidade.

A responsabilidade social surge após a constatação de que o crescimento econômico não estava acompanhando o compromisso ético com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Há entre os conceitos de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável uma relação de similaridade. Essa aproximação corresponde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de suprir essas mesmas necessidades às gerações futuras. Para Melo Neto e Fróes (2005), esse intercâmbio resulta em benefícios e vantagens que melhoram a gestão do setor e os recursos otimizados.

A adoção da responsabilidade social nas estratégias passa por uma reflexão prévia sobre a ética. A dimensão ética é representada pelas ações, pelo comportamento ético, sendo que a ética e os valores morais estão alinhados com os objetivos da gestão. Tais princípios se fazem presentes nas tomadas de decisão e buscam preservar os direitos, a justiça, a equidade, a transparência e a imparcialidade (DAHER, 2006).

A responsabilidade social e a filantropia se assimilam, porém não significam a mesma coisa. Duarte e Dias (1986) e Melo Neto e Fróes (2005) apontam essa diferença: a responsabilidade social implica a ideia de obrigação legal ou uma referência como prática, papel e função social; a filantropia pode ser entendida como forma de assistencialismo, de auxílio aos excluídos, desfavorecidos, enfermos e pobres. A filantropia como uma ação social externa da empresa, que tem como beneficiária principal a comunidade em suas diversas formas,

constituindo, assim a cultura da organização, que no entendimento de Sampaio (2002) e Ashley (2005), significa cultivar e por em prática sua responsabilidade.

Por isso, a cultura organizacional está ligada à prática da empresa diante de seus acionistas, funcionários e sociedade, no sentido de atender às demandas de um determinado contexto social.

Figura 03: Responsabilidade Social Corporativa

	Conceito: Aurinézio Calheira Barbosa
	Valor reputacional: Daher Wilton de Medeiros
	Responsabilidade social comunitária e corporativa: Francisco Paulo de Melo Neto e César Fróes
Responsabilidade de Social corporativa	Gestão socialmente responsável: Patrícia A. Ashley
	Marketing socialmente responsável: Francisco Paulo de Melo Neto e César Fróes ; Philip Kotler ; Las; Casas; Cobra
	Fundações e Terceiro Setor: Francisco Paulo de Melo Neto e César Fróes ; André Pablo Falconer
	Stakeholders: Max E. B. Clarkson ; Fernando Guilherme Tenório

A responsabilidade social corporativa implica uma maneira de conduzir os negócios e de tornar a empresa parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. Barbosa (2003) defende que a responsabilidade social corporativa é um exercício constante de deveres, mas é importante destacar que não basta a empresa cumprir deveres para atuar com responsabilidade social. É necessário garantir aos cidadãos os direitos básicos da modernidade (saúde, proteção ambiental, lazer, educação, cultura, segurança e habitação), além de promover o bem-estar social, considerando condutas e investimentos, promovendo parcerias entre empresas/sociedade, empresa/Estado e Estado/sociedade.

O que torna uma empresa socialmente responsável é o reconhecimento de seu valor reputacional de seus impactos no tecido social no qual se constitui. O valor reputacional, segundo Daher (2006), vincula-se à maneira como determinado público ligado à empresa a conceitua. Por essa razão, torna-se necessário para as organizações conhecerem as expectativas de seus clientes,

objetivando atendê-las e, com isso, aumentar seu valor reputacional. Além disso, não deixar de analisar como as corporações jogam definindo como desejam ser vistas e de que forma irão se posicionar perante suas demandas.

Uma questão, a qual não se deve perder de vista é em relação às diferenças entre responsabilidade social comunitária e responsabilidade social corporativa. De acordo com Melo Neto e Fróes (2005), a primeira trata, predominantemente, da ética da solidariedade, focalizada nos direitos humanos. A segunda trata especialmente da ética da cidadania empresarial, enfatizando a legitimação social empresarial e a busca de soluções para os problemas relacionados à dinâmica da empresa.

Uma gestão socialmente responsável deve se preocupar com os seguintes critérios, segundo Ashley (2005): preocupação com atitudes éticas e moralmente corretas que afetam todos os públicos/*stakeholders* envolvidos; promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos e de cidadania e participação na sociedade; respeito ao meio ambiente e contribuição para sua sustentabilidade em todo mundo; maior envolvimento nas comunidades em que se insere a organização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos, ou até atuando diretamente na área social, em parceria com governos ou isoladamente.

É um tipo de gestão que, de certa forma, precisa se deixar influenciar pelo *marketing* socialmente responsável. Kotler (2000), Las Casas (1993) e Cobra (1996) definem o *marketing* social como uma forma da organização determinar suas necessidades e interesses dos mercados e, então, proporcionar aos clientes um valor superior, de forma a manter ou melhorar o bem-estar da sociedade, considerando o meio ambiente como uma de suas preocupações. O *marketing* social passa a ser conceituado como um intercâmbio de valores não necessariamente físicos, nem econômicos, mas que podem ser sociais, morais ou políticos, sendo utilizado para vender ideias ou propósitos que proporcionem bem-estar à comunidade.

A responsabilidade social, ao longo de sua história, parece ter ganhado mais ênfase no campo das fundações, também conhecido como terceiro setor. O primeiro setor é o governo, responsável pelas questões sociais; o segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais; o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que têm como objetivo gerar serviços de caráter público. O termo terceiro setor é definido de várias maneiras, tendendo a ser conceituado como o conjunto de organizações

privadas, sem fins lucrativos, que atendem as finalidades públicas ou coletivas (FALCONER, 2001).

A crença fundamental no bem-estar social envolve as pessoas que trabalham a favor das organizações, em prol do desenvolvimento do ser humano e do ser responsável social.

Após um longo predomínio da visão clássica sobre responsabilidade social corporativa, emerge na contemporaneidade um conceito mais amplo sobre a responsabilidade associada a valores que norteiam o bem-estar individual e coletivo – qualidade de vida, valorização do ser humano, meio ambiente, cidadania –, todos estes pulsantes na sociedade pós-industrial. Para Tenório (2003), o papel dos agentes sociais/*stakeholders* ganha força e passa a orientar os negócios; não mais interessava atender somente aos acionistas, mas à sociedade, tendo em vista uma finalidade mais ampla. O termo *stakeholders* significa depositários, pessoas ou grupos com interesse na organização e no contexto da qual faz parte. Clarkson (1995) os define como indivíduos ou grupos que têm direitos ou interesses e reivindicam posse em uma organização.

A organização para ser uma empresa cidadã, deve se constituir de uma postura lucrativa, sem contudo, deixar de ser ética, obedecer à legislação vigente em seu Estado e possuir um padrão comportamental moralmente aceito no contexto situacional em que atua.

Figura 04: Responsabilidade Social Universitária

	Extensão universitária: Ana Luiza Lima Souza; Jorge Sampaio
	Responsabilidade social das IES: Adolfo Ignacio Calderón
Responsabilidade Social	O papel das IES: Fritjof Capra ;Christian F. da C. Bundt; Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96; Declaração/UNESCO; João Cláudio Todorov ; SINAES
Universitária	Tendências da RSU: Adolfo Ignacio Calderón; Francois Vallaey
	Autonomia universitária: INEP; Sérgio Cardoso

A responsabilidade social universitária é o elo entre dois mundos: de um lado a universidade e do outro lado a comunidade, ou seja, é uma forma de aproximação da comunidade da ciência com a realidade da vida prática.

Sampaio (2004) advoga o fundamento de que com o Manifesto de Córdoba, na Argentina em 1918, emerge maior compromisso social das universidades latino-americanas. Nesse documento a extensão universitária é vista como fortalecedora da universidade, por desencadear sua maior participação nas problemáticas nacionais. Esse movimento trouxe também outras conquistas, dentre elas, pode-se destacar: a autonomia política, a gratuidade do ensino e a livre frequência às aulas.

Especificamente, em se tratando do Brasil, Souza (2000), explica que a origem da extensão universitária deveu-se ao movimento estudantil e à forma direta com que os docentes atuavam nos principais problemas da sociedade. A extensão universitária é a ponte entre a universidade e os diversos setores da sociedade.

Segundo o posicionamento de Vallaeys (2003), a universidade deve (moralmente) e pode (tecnicamente) fazer parte da solução, formando profissionais responsáveis para enfocar o curso do desenvolvimento para maior justiça, coesão social, capital social e crescimento sustentável sem exclusão.

Nesse sentido, é notória a importância da universidade na formação de pessoas emocionalmente equilibradas e profissionais tecnicamente preparados para formar uma sociedade economicamente desenvolvida e sustentável. Tanto Capra (2002) quanto Bundt (2000) acreditam que a universidade tem o dever de mudar, visto que seu papel não é somente adequar o ensino às exigências do mercado de trabalho, mas também proporcionar ao estudante universitário uma visão multidisciplinar. Com base nessa visão, capacita o discente a provocar mudanças por ocasião de sua inserção no contexto social. Assim, a instituição universitária está sendo convocada a desempenhar um papel estratégico fundamental no ambiente social.

Documentos mais gerais com recomendações sobre a educação superior, como as Declarações da UNESCO e, mais específicos do Brasil, como a Constituição Federal/88, a LDB nº 9394/96, o PNE/2010 tendem a estabelecer objetivos, metas e finalidades para esse nível de ensino, no sentido de criar melhores condições de acesso, qualidade e equidade, dada a sua relevância no contexto da sociedade atual.

Para Todorov (2005), o compromisso social de um estabelecimento de ensino superior está a caminho da superação da dependência, da fome, da miséria, sem repudiar a ciência, mas colocando-a a serviço da humanidade. Por isso, a universidade deve ter a plena consciência da dimensão social da prestação de seus serviços. Analisar tal dimensão é uma das exigências da avaliação oficial da educação superior.

O SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, entende que a responsabilidade social da IES refere-se à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. A finalidade do SINAES é fomentar e assegurar uma melhor qualidade do ensino superior, oferecendo para as IES uma orientação eficaz para a expansão de sua oferta e o aumento contínuo de sua excelência educacional.

Segundo Calderón (2005), o conceito de responsabilidade social aplicado à universidade representa um avanço teórico no fortalecimento da dimensão pública do sistema universitário brasileiro. Sendo assim, uma IES socialmente responsável tem como horizonte a ética e o ser humano, engajados em ações que respeitam a dignidade humana e seus direitos fundamentais. Isto significa um ensino de qualidade e coerente com as demandas sociais, formação crítica e libertadora e priorização dos fins pedagógicos em detrimento dos econômicos. Na prática, pode ser traduzido como o compromisso com a formação integral do cidadão e com a transformação da pessoa e da sociedade.

Outra implicação da responsabilidade social universitária diz respeito à sua autonomia que, no Brasil, está assegurada na Carta Constitucional de 1988 no artigo 207. A autonomia universitária consagra às IES prerrogativas de regulação própria no que tange à matéria acadêmica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Para Cardoso (2006), tal autonomia representa a adequação de suas atividades, como o ensino e a pesquisa, à realidade do país, às necessidades regionais.

Sendo assim, as universidades não devem fazer o que bem entendem, mas, sobretudo, devem buscar agir regionalmente, adaptando sua estrutura e oferta às exigências e necessidades latentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo responsabilidade social é, relativamente, novo no Brasil e sua aplicação ao contexto universitário, pode ser melhor percebido a partir da década de 1960, sendo intensificado, principalmente a partir da década de 1980-1990, com a expansão universitária, seguida da exigência da excelência no ensino, pesquisa e extensão, da autonomia e do atendimento às demandas sociais.

A compreensão do termo responsabilidade social pode ser compreendido a partir do campo da administração, no sentido de sua tendência e aplicação nas organizações. Quanto à aplicação da responsabilidade social nas universidades, há de se levar em consideração a relação da instituição com seu contexto interno e externo.

Em linhas gerais, a proposta da responsabilidade social, seja nas organizações, seja nas instituições de ensino superior, é estabelecer um vínculo direto do que se produz (bens e/ou serviços) com o processo de superação dos problemas que afligem a sociedade em seu tempo.

A sociedade do presente precisa ter com clareza a noção de desenvolvimento sustentável, defesa do meio ambiente, economia sólida, proteção aos direitos humanos e respeito à vida, para assim, ser capaz de se manter consolidada na aldeia planetária.

O papel da universidade frente ao desenvolvimento da sociedade está, principalmente, no que diz respeito à formação do sujeito ético, técnico e politicamente competente, preparado para atuar, interagir e interferir na sociedade, proporcionando ampla melhoria na qualidade de vida e no bem-estar dos sujeitos.

A partir do levantamento de categorias e sub categorias, foi possível compreender melhor a discussão em torno do tema responsabilidade social, tanto aplicado às empresas quanto aplicado à universidade. É um tema emergente, que demanda ainda muita discussão e entendimento de aplicabilidade em termos práticos.

As organizações e IES devem cumprir seu compromisso de responsabilidade social, de valorização de sua missão pública, de promoção de valores e ideais de transformação, na construção de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia A. A mudança histórica do conceito de responsabilidade social empresarial. In: _____. (Org.). **Ética e responsabilidade social dos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BARBOSA, Aurinézio Calheira. **Responsabilidade social corporativa do pólo industrial de camaçari**: a influência do conselho comunitário consultivo. 2003. 150f. Dissertação (Mestrado

em gerenciamento e tecnologia ambiental no processo produtivo) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

BRASIL. **Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>> Acesso em janeiro/2012.

BUNDT, Christian F. da C. **Universidade: mudanças e estratégias de ação.** 2000. 283 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior (ABMES)**, Brasília, n. 34, ano 23, p. 13-27, 2005.

CARDOSO, Sérgio. **Autonomia com compromisso social.** 2004. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>> Acesso em: janeiro/2012.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2002.

CLARKSON, Max E.B. A stakeholder framework for analyzing and evaluation corporate social performance. **Academy of Management Review**, United States, v. 20, n. 1, p. 92115, jan. 1995.

COBRA, M. **Marketing essencial.** São Paulo: Atlas, 1986.

FUNDAÇÃO VISCONDE CAIRU. Site da instituição: www.fundacaocairu.br. Acesso em janeiro/2012.

DAHER, Wilton de Medeiros. **Responsabilidade social corporativa: geração de valor reputacional nas organizações internacionalizadas.** São Paulo: Saint Paul Editora, 2006.

DUARTE, Gleuso D.; DIAS, José Maria M. **Responsabilidade social: a empresa hoje.** São Paulo: Livros Técnicos e Científicos; Fundação Assistencial Brahma, 1986.

FALCONER, Andrés Pablo. **Recursos privados para fins públicos: as grantmarkers brasileiras.** São Paulo: Peirópolis: Grupo de Institutos Fundações e Empresas, 2001.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - **Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior) segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2003.** INEP, 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em janeiro/2012.

LAS CASAS, A.L. **Marketing: conceitos, exercícios e casos.** São Paulo: Atlas, 1993.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FRÓES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

MOYSES FILHO, J. E. A ética, a responsabilidde e a cidadania empresarial: é possível? **Pensamento e Realidade**, v. 80, ano IV, n. 8, mês. 2001.

SAMPAIO, Jorge. **Política nacional de extensão**: referenciais teórico-práticos para sua construção In: CALDERÓN, Adolfo Ignacio (Org.). **Ação comunitária em universidades brasileiras**. São Paulo: Olho D'Agua, 2004. p. 56-78.

SOUZA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. São Paulo: Alínea, 2000.

SOUZA, Zenira Pires. **A responsabilidade social empresarial sob uma perspectiva sistêmica**. 2004. 278 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2004. Disponível em:<<http://teses.eps.ufsc.br/defesa>> Acesso em: janeiro/2012.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Gestão social**: metodologia e casos. 4ª ed. rev. e atual. Rio de janeiro, FGV, 2003.

TODOROV, João Cláudio. O conceito de responsabilidade social nos estabelecimentos de ensino superior. **Estudos. Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior (ABMES)**, Brasília, Ano 23, n. 34, p. 41-46, abril 2005. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/Publicacoes/Estudos/34/index.asp>> Acesso em janeiro/2012.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**: visão e ação. Conferência Mundial sobre a Educação Superior, 05 a 09 de outubro, Paris. Disponível em www.unesco.org.br. Acesso em: janeiro/2012.

VALLAEYS, François. **Orientaciones para la enseñanza de la etica, el capital social y el desarrollo en las universidades latinoamericanas**. 2003. Pontificia Universidade Católica Del Peru. Disponível em: <<http://www.iadb.org/etica>> Acesso em janeiro/2012.